

Uma política de desenvolvimento para o Nordeste



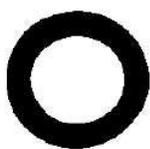
PI
78

CELSO FURTADO

O Nordeste é a face do Brasil em que
transparece com brutal nitidez o sofrimento
do povo. Quais as soluções?

O significado real do Nordeste no atual quadro do País

Não é possível entender nem o Nordeste nem o Brasil sem levar em conta que o primeiro sintetiza as contradições do segundo, em grau elevadamente dramático. É esse o panorama que o Autor traça nesta primeira parte do presente artigo.



Nordeste não é um simples problema regional e tampouco um problema nacional entre outros, cuja abordagem pudesse ser deixada para amanhã, como se a solução dos demais pudesse avançar enquanto a desse espera. O Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento de seu povo. Aí se mostram sem disfarces as malformações maiores de nosso desenvolvimento. Se não existe política adequada para o Nordeste, pode-se dar por certo que os problemas maiores do País se estão agravando, que nos iludimos com miragens quando pensamos legar aos nossos filhos uma sociedade mais justa e um país menos dependente.

Com efeito: se continuamos a negligenciar o fundamental, dificilmente poderá o Brasil superar o subdesenvolvimento, vale dizer, assumir formas superiores de organização social em que o conjunto da coletividade se beneficie dos frutos do próprio trabalho. Os problemas mais difíceis que nos afligem na fase atual, quando completamos um século de esforços pelos caminhos da industrialização, refletem de uma ou de outra forma essa rachadura criada pelas dessimetrias entre as duas regiões que são as matrizes de nossa nacionalidade.

Assinalemos alguns pontos. Por que a renda no Brasil aparece como sendo mais concentrada do que em qualquer outro país de nível de produtividade similar ao nosso? Simplesmente porque as disparidades regionais fazem que os aspectos

mais perversos do desenvolvimento dependente aqui se apresentem agravados; na região mais pobre do País é maior a proporção de pessoas relegadas à condição de miséria.

Por que é tão lenta a ascensão social das populações de origem africana entre nós — o que pressagia para o futuro deste País problemas raciais que poderão ser tanto mais graves quanto nos habituamos a suprimi-los de nosso horizonte de reflexões? Simplesmente porque as populações de origem africana são proporcionalmente mais numerosas nas regiões em que se acumula o atraso relativo.

Por que é tão lento o nosso desenvolvimento social, a despeito do forte processo de acumulação e da relativa mobilidade que caracteriza nossa sociedade? Porque os fluxos migratórios que se originam nas áreas de atraso relativo operam no sentido de frear, ou paralisar, os movimentos sociais reivindicatórios nas regiões em que a produtividade cresce fortemente.

Queiramos ou não, os grandes problemas do Brasil somente podem ser diagnosticados se se tem do País uma visão que leve em conta a fratura fundamental dessa desigualdade regional. Portanto, uma política adequada para o Nordeste significa renunciar à ilusão de que essa região é tão-somente um apêndice, algo que pode ser relegado a segundo plano, que pode esperar um amanhã incerto em que "o bolo a distribuir" seja maior.

Pensar que o Nordeste é um problema entre outros não significa apenas renunciar a entender o nosso País; também significa condenar uma enorme massa de população — que não dispõe de autonomia para decidir do próprio destino — à frustração e à miséria. Não esqueçamos que aí se reproduz o estilo de desenvolvimento que prevalece no Centro-Sul do País, caracterizado por elevados padrões de consumo das classes de rendas médias e altas. Sendo a renda por habitante muito mais baixa na região, a reprodução desses padrões de consumo requer maior concentração de renda, o que implica em condenar a grande maioria da população à condição de pobreza e miséria.

Concentração de renda é eufemismo que usamos para não falar em concentração dos gastos de consumo. Se o estilo de desenvolvimento é o mesmo, na região onde a penúria é maior também relativamente maior é o desperdício, a margem de gastos supérfluos ou suntuários.

E não se trata apenas de consumo pri-

vado. A coletividade também deve arcar com formidáveis investimentos infra-estruturais destinados a assegurar esses padrões de consumo. Sem embargo de sua pobreza, o Nordeste instalou-se na civilização do automóvel, à qual corresponde um estilo de urbanização que por si só absorve ingente esforço de investimento improdutivo. Como pode uma região de baixo nível de renda modernizar-se — na escala e com a rapidez do ocorrido no Nordeste nos últimos dois decênios — sem esterilizar, em bens duráveis de consumo (com seu suporte infra-estrutural), grande parte dos magros recursos de que dispõe para satisfazer as necessidades básicas de seu povo? Ora, a rapidez desse processo de modernização não se explica sem ter em conta a integração econômica da região com o Centro-Sul do País, que já alcançou um grau de acumulação bem mais alto e onde veio a prevalecer um estilo de desenvolvimento baseado na concentração da renda e na exacerbação do consumo de bens duráveis.

Dependesse o Nordeste do desenvolvimento da própria produção industrial e de importações do Exterior para abastecer o mercado local, tudo leva a crer que o processo de modernização teria sido muito mais lento. A civilização do automóvel e da televisão em cores aí não teria conhecido a explosão que conduziu ao quadro atual de extrema polarização social. A entrada líquida de recursos, que aparece na contabilidade social da região, tem como contrapartida um elevado nível de investimentos estéreis destinados a modelar o mercado regional às exigências da estrutura industrial do Centro-Sul, na qual predominam as indústrias de bens duráveis de consumo. Somente assim se explica a baixa relação produto-capital, ou seja, o baixo rendimento médio dos investimentos que aí se realizam.

As relações estruturais que vieram a prevalecer fazem que a industrialização nordestina seja, no essencial, uma prolongação do desenvolvimento industrial do Centro-Sul, e só secundariamente uma resposta aos requerimentos da população local. Por outro lado, a oferta no mercado local, alimentada pela indústria do Centro-Sul, alcança um elevado grau de sofisticação, comparativamente ao nível médio de renda da população. Os obstáculos que em outras partes do mundo limitam o processo de modernização — e que se originam na balança de pagamentos e na insuficiente dimensão do mercado inter-

no em face das exigências da tecnologia moderna — na região do Nordeste são contornados graças à integração industrial com o Centro-Sul.

A autonomia perdida

Em fase anterior do processo de industrialização de nosso País, a dependência do Nordeste com respeito ao Centro-Sul manifestava-se principalmente sob a forma de um saldo positivo nas relações comerciais da região com o Exterior, saldo que era despendido no Centro-Sul a um nível de preços relativos tanto mais alto quanto maior era a proteção que recebiam as indústrias que então se instalavam no País. Ademais, parte dos capitais que se formavam no Nordeste eram drenados para o Centro-Sul, onde as oportunidades de investimento se afiguravam mais interessantes. A economia nordestina comportava-se como um subsistema cuja dependência era essencialmente comercial; o seu sistema produtivo operava com certo grau de autonomia.

A forma assumida pela industrialização recente, ao favorecer certo tipo de integração com o Centro-Sul — as indústrias modernas do Nordeste produzem insumos para as do Centro-Sul e destas recebem equipamentos e outros insumos —, apagou progressivamente a referida autonomia. Sempre existe um certo grau de dependência comercial, pois a região continua a manter um saldo positivo com o Exterior e, além disso, os produtos industriais do Centro-Sul são subsidiados quando exportados para o Exterior mas não quando o são para o Nordeste. Contudo, este já não é o problema principal.

Mesmo que se admita que a produção industrial do Centro-Sul seja competitiva internacionalmente e que a drenagem de recursos financeiros para fora da região já não tenha expressão (o sistema fiscal pode operar como vetor de recursos compensatórios), a dependência permanece de forma insidiosa. Com efeito, ao transformar-se num espaço em que se localizam atividades industriais complementares da economia do Centro-Sul, o mercado de bens de consumo nordestino teve de adaptar-se à estrutura da oferta de produtos industriais que se origina na região de maior desenvolvimento relativo. A nova dependência reside exatamente na subordinação à lógica de uma industrialização que abarca o conjunto do País e é comandada do Centro-Sul, transformando-se o Nor-

deste em simples apêndice de um mercado dominado por uma clientela de nível de renda mais alto e onde se exacerbam as tendências consumistas.

A concentração de renda dentro da própria região a que deu origem essa forma de dependência tem projeções no setor agropecuário, o qual permanece praticamente fora do processo de integração nacional. Assim, a demanda de produtos da pecuária é favorecida pela concentração da renda; a necessidade de mobilizar recursos para responder com oferta interna repercute negativamente no setor agrícola produtor de alimentos de consumo geral. Em conseqüência, a capitalização no agro, sob a forma de modernização da infra-estrutura e de investimentos para a satisfação dos setores mais dinâmicos da demanda, repercute negativamente no emprego rural. A população se desloca para as zonas urbanas sem maiores perspectivas de melhoria das condições de vida, pois a industrialização integrada com a do Centro-Sul tampouco favorece a criação de emprego.

O setor agropecuário

O setor agrícola produtor de alimentos para a massa da população tende a acumular atraso, declinando sua produtividade tanto com respeito ao setor industrial como relativamente à agricultura de exportação e à pecuária. Se se compara o Nordeste com o Centro-Sul vê-se que o diferencial nos níveis de produtividade tende a reduzir-se no setor industrial e a aumentar na agricultura ligada ao mercado interno, particularmente na produção de gêneros alimentícios de consumo geral. Assim, a reprodução da população continua a realizar-se independentemente do processo de integração industrial com o Centro-Sul. Mais precisamente: essa integração, ao intensificar a concentração da renda, reforça as formas tradicionais de dominação social que prevalecem nas zonas rurais.

Em síntese, o quadro estrutural das relações inter-regionais que emergiu da industrialização recente opera no sentido de aprofundar a dependência do Nordeste (1): o mercado da região é cada vez mais um complemento do mercado do Centro-Sul e os investimentos industriais que aí se realizam subordinam-se à lógica da economia do Centro-Sul; destarte, as malformações do desenvolvimento desta

última aparecem ampliadas na região mais pobre. O excedente a que a industrialização dá origem no Nordeste financia uma modernização dos padrões de consumo de uma minoria privilegiada.

Ademais, a integração das estruturas industriais gera pressões no sentido de equiparar os salários dos quadros técnicos e administrativos com os do Centro-Sul, não só nas empresas em que é efetivo o aumento de produtividade mas também no setor público e no terciário em geral. Como os setores dinâmicos da demanda são os que se ligam aos grupos de rendas médias e altas, as atividades produtivas com eles integradas absorvem o essencial do investimento privado local. Desemprego e miséria se espriam em torno a pequenas ilhas do espaço social em que uma minoria se empenha em ascender a formas cada vez mais sofisticadas de consumo.

Em face da escassez de emprego na região mantém-se a corrente migratória, principalmente na direção dos grandes centros urbanos do Centro-Sul, nos quais se definiu uma estrutura social que comporta todo um estrato inferior de nordestinos, subsistema cultural em parte submerso e com precária proteção social. A hipótese de intensificação desse fluxo migratório, que não seria solução para o Nordeste, aumentaria a pressão no mercado de trabalho do Centro-Sul, onde os salários reais tenderiam a crescer ainda mais lentamente e os problemas sociais não poderiam deixar de agravar-se. Basta observar a insuficiência das infra-estruturas urbanas e a massa de menores abandonados para convencer-se de que nos subúrbios das grandes cidades do Centro-Sul não existe solução para os problemas que afligem as massas destituídas do Nordeste.

Medidas tímidas não resolvem

Uma situação como a que vimos de esboçar em seus traços mais característicos dificilmente poderá ser modificada com medidas homeopáticas ou tímidas. O problema é similar, e possivelmente mais complexo, ao com que se confronta hoje em dia a humanidade, dividida entre países ricos e pobres num processo de difícil reversibilidade.

É quase unânime a opinião de que, na ausência de uma ação internacional deliberada e vigorosa, que se desdobre em vários planos visando a modificar a estrutura do sistema global, tenderão a prevalecer

as forças que agravam a polarização atual. Se sobram razões para que nas instâncias mais altas haja crescente preocupação com o problema das desigualdades em escala mundial e da ampliação de cinturão de pobreza em torno aos países ricos, como admirar-se de que entre nós se denuncie a existência de problema idêntico em âmbito nacional? Certo: no caso do Brasil não se trata apenas de uma divisão entre beneficiários e vítimas de um intercâmbio desigual, fundado em uma visão dicotômica do valor do trabalho humano. A fratura que nos alquebra tem projeções negativas num como no outro lado do País. No Nordeste perpetua-se a miséria de

grandes massas de população; no Centro-Sul freia-se o progresso social e cresce a marginalidade urbana.

Se hoje se discute amplamente a ordem econômica internacional é porque os povos em torno de cujas economias se estruturou o sistema de divisão internacional do trabalho sentem o seu futuro ameaçado. Felizmente, no nosso caso, algo mais do que medo pode induzir-nos à ação, pois existem bases objetivas de autêntica solidariedade entre forças sociais que no Nordeste e no Centro-Sul lutem para que o desenvolvimento beneficie efetivamente a grande maioria da população do País.

As diretrizes para uma nova política de base objetiva

Nesta segunda parte de seu artigo, o Autor aponta os três eixos principais e simultâneos de ação transformadora no Nordeste: transferência de cursos, maior participação industrial e modificações estruturais visando o ser humano.

É fundado na convicção de que existem essas bases objetivas, sobre as quais fundar uma política visando a abordar de frente e com os meios adequados o que nos parece ser o maior problema do País, que nos permitiremos avançar algumas reflexões sobre o que poderiam ser as diretrizes básicas dessa política.

A ação teria que ser conduzida simultaneamente em torno a três eixos principais. O primeiro assumiria a forma de transferência maciça de recursos para a região pelo menos por um decênio; o segundo teria por objetivo introduzir modificações estruturais que produzam melhorias sensíveis nas condições de vida e na capacidade de iniciativa da massa trabalhadora rural; e o terceiro visaria a aumentar de forma substancial a participação do Nordeste na atividade industrial do País, numa forma de complementação com o Centro-Sul que não crie dependência e sim tenha em conta as particularidades sociais e ecológicas da região mais pobre.

Ator político ativo

Esses três planos de ação se reforçam e completam. Começemos pelo segundo, que é, certamente, o de mais difícil realização. O objetivo central, nesse caso, seria incorporar as massas rurais do Nordeste ao esforço de desenvolvimento, o que somente pode ser alcançado se esse desenvolvimento beneficiar de forma imediatamente perceptível para eles uma parcela importante dos trabalhadores rurais.

No quadro da atual estrutura agrária, a penetração dos recursos financeiros e da técnica moderna tende a fazer-se de forma a aumentar a distância entre uma ínfima minoria beneficiada e a imensa maioria esquecida.

O atual esforço de capitalização, particularmente quando favorece a pecuária, engendra a marginalização de muitos que são atirados à beira da estrada. Concomitantemente, o minifundismo, de que depende em boa parte a produção de gêneros de consumo geral, avança em terras de inferior qualidade contra a barreira dos rendimentos decrescentes.

O trabalho de reconstrução estrutural a realizar é considerável, e somente conduzirá a bom porto se contar com a efetiva participação da população rural. Em uma primeira fase, tratar-se-ia de liberar o pequeno produtor da exploração escorchantemente fundada na parceria ou no pagamento de foro ou renda da terra. Como justificar que o trabalhador pague aluguel pela terra que utiliza quando, mobilizando a totalidade da força de trabalho da família, não consegue tirar dessa terra o correspondente a um salário mínimo? Em uma segunda fase se criariam as condições, mediante a liquidação do minifúndio, para

que a unidade familiar utilize plenamente sua capacidade de trabalho e se torne apta para incorporar novas técnicas e capitalizar.

Em outra ordem de providências, ter-se-iam de criar facilidades para que o homem do campo aplique sua capacidade de trabalho subutilizada, quando esta exista, na melhora de suas condições de habitação. Para que isso ocorra, é necessário que os pequenos produtores se associem em cooperativas, que os defendam contra a voracidade dos intermediários comerciais e financeiros, e que se organizem para atuar no plano político. A assistência médica e escolar — tendo em conta que os adolescentes são no campo uma força produtiva auxiliar — teria que ser suficientemente eficaz para que em um decênio o homem do campo chegue a ser algo distinto do semi-enfermo analfabeto que é o rurícola nordestino de hoje.

O objetivo estratégico seria eliminar simultaneamente o latifúndio predatório e o minifúndio asfixiante que, conjugados, formam um sistema brutal de exploração do homem. A produção de gêneros alimentícios destinados à massa da população faz-se no Nordeste principalmente em pequenas parcelas de exploração individual, dentro dos latifúndios ou em terras marginais.

Se se pretende reconstruir a sociedade de forma a liberar a capacidade de iniciativa do trabalhador, é pelo desmantelamento dessa estrutura que se deve começar. A atual estrutura agrária do Nordeste é um meio de dominação sem ser um instrumento de progresso econômico. Portanto, economia e sociedade devem ser transformadas conjuntamente. Daí a necessidade de considerar o homem do campo como ator político ativo, e não apenas como força de trabalho.

O enfoque tecnocrático, que com seu misto de medo e desprezo do povo pretende cobrir-se contra todo risco, é obtuso em face de problemas dessa ordem. Uma sociedade não ascende a formas mais complexas de organização pela simples graça do Príncipe. Mas desgaste e perda de tempo podem ser evitados quando a ação política é capaz de canalizar e orientar as forças sociais que a mesma política contribui para ativar.

Atividades industriais

Passemos agora ao terceiro plano de ação visando a aumentar a participação do

Nordeste na atividade industrial do País. O estilo centralizador da industrialização brasileira, que tudo subordinou ao pólo paulista, abriu poucas opções ao Nordeste, fora do aproveitamento das matérias-primas locais em conexão com a energia elétrica relativamente barata do sistema da CHESF. A integração com o Centro-Sul fez-se, portanto, com base em indústrias de alta capitalização e pouco emprego. Esse processo é de reversão difícil e, na ausência de um esforço deliberado para contê-lo, deverá aprofundar-se.

Mas como ignorar que essa "ajuda" à industrialização levou à destruição de múltiplas atividades produtivas locais e inibiu a criação de outras, pois tendeu a tudo subordinar à lógica da integração com o Centro-Sul? O essencial do esforço financeiro foi realizado em indústrias que se destinam a economizar divisas, utilizadas principalmente pelo Centro-Sul, ou a produzir insumos para serem enviados à região mais desenvolvida. Esse tipo de industrialização reproduz as características da economia primário-exportadora baseada na exploração de recursos minerais.

Assim como a industrialização do Centro-Sul requereu a ação deliberada do Estado — supletiva, complementar e corretiva das forças do mercado —, a correção das distorções a que conduziu a excessiva concentração geográfica da atividade industrial exige um esforço estatal de considerável amplitude. Uma planificação atenta às dimensões continentais do País e aos desníveis regionais de desenvolvimento deveria orientar a localização das atividades industriais.

Independentemente das atividades industriais que são uma projeção do Centro-Sul, uma série de outras atividades manufatureiras poderão desenvolver-se na região, sob a forma de pequenas e médias empresas, se adequadamente amparadas. Atividades fronteiriças entre o artesanato e a manufatura não somente criam emprego mas são a única forma de abastecer mercados locais de modesto poder de compra. A utilização de novas fontes de energia, particularmente a biomassa, contribuirá para viabilizar essa descentralização das atividades manufatureiras.

Se é possível que o Estado, entre nós, tenha ido demasiado longe ao assumir responsabilidades diretas no investimento e na gestão da economia, pouca dúvida pode haver de que esse mesmo Estado tem ignorado que o desenvolvimento deve abranger o conjunto do País, e que é

exatamente no que se refere à localização da atividade econômica que mais falham as forças do mercado.

A localização da atividade produtiva deveria ser preocupação maior em um País com as dimensões e características ecológicas do Brasil. A atual concentração industrial não tem justificativa econômica clara e são profundas as consequências sociais negativas que engendra.

Se nos capacitamos disso, mais facilmente poderá realizar-se o esforço visando a criar condições no Nordeste para aí fixar uma parcela maior dos futuros investimentos industriais.

Um dos objetivos poderia ser o de duplicar, até o fim do século, a participação do Nordeste na atividade manufatureira nacional, a qual se reduz atualmente a cerca de 7%. Isso significaria para a região alcançar uma taxa de crescimento anual da produção manufatureira entre 15 e 20%, admitindo-se que se mantenha a taxa histórica para o conjunto do País. Como por essa época a população nordestina muito provavelmente não será inferior a um quarto da nacional, a meta referida — que poderá parecer ambiciosa — deixaria a região com um grau de industrialização ainda bem inferior ao da região Centro-Sul.

A descentralização industrial poderá ser o caminho para corrigir a tendência ao gigantismo, que prevaleceu nos anos recentes e é tão do gosto das empresas transnacionais; viria, assim, favorecer as empresas médias e pequenas, devolvendo aos empresários nacionais parte da iniciativa que perderam nos últimos decênios.

Transferência maciça de recursos

Voltemos agora ao primeiro ponto, cuja realização é condição necessária ao êxito das outras iniciativas teferidas. Tratar-se-ia de provocar uma transferência maciça de recursos financeiros e técnicos para a região. Somente se nos convencemos de que o que está em jogo é o futuro de todo o País — de nossas aspirações como Nação — esse esforço poderá ser realizado, pois ele depende da mobilização de forças sociais e políticas de grande magnitude. Algo como um por cento do produto interno deveria ser transferido para a região, sob a forma de recursos a serem aplicados dentro de programação rigorosa, durante um período não inferior a dez anos. Esses recursos deveriam complementar as transferências que já se realizam e que são de ca-

ráter compensatório ou são absorvidas por investimentos improdutos.

Um exemplo numérico aproximativo nos permite ter uma idéia do volume dos recursos envolvidos. Admitamos que o produto interno do País seja atualmente de cerca de 200 bilhões de dólares; o montante dos recursos a transferir alcançaria no primeiro ano 2 bilhões. Se se mantém a taxa histórica de crescimento do produto (7% ao ano), no final do decênio esse produto alcançaria 400 bilhões de dólares aos preços atuais, devendo a transferência por essa época ser da ordem de 4 bilhões. O montante total transferido atingiria, portanto, 30 bilhões.

Prosseguindo o exercício com base em dados aproximativos, admitiremos que o produto interno do Nordeste constitui um décimo do nacional e que a taxa de investimento (excluídos os ligados a atividades estritamente suatuárias) seja de 20% do produto. Nesse caso, a transferência de recursos permitiria aumentar o potencial de investimento efetivamente reprodutivo em 50%, ou seja, elevar a taxa a 30%.

Longe de mim a idéia de fazer projeções macroeconômicas no ar, postulando que o aumento da acumulação seria causa suficiente para intensificar o crescimento econômico. Menos ainda cometeria o pecado de imaginar que crescimento econômico se traduz necessariamente em desenvolvimento ao nível do conjunto da sociedade. Ainda assim, convém lembrar que, na hipótese favorável de que a transferência de recursos se traduza em intensificação proporcional do crescimento e admitindo que as taxas de crescimento são atualmente idênticas no Nordeste e no Centro-Sul (7%) e que a renda média do nordestino corresponde a um terço da média nacional — no final do século essa renda ainda seria em uma terça parte inferior à média.

Esse não é o problema. Desigualdades de níveis de renda por habitante existem por toda parte. O que se deve buscar não é tanto eliminar as diferenças de nível de renda, se bem que isso seja em certa medida necessário, e sim transformar a sociedade nordestina a fim de que o desenvolvimento beneficie efetivamente a massa da população.

Se não se eleva deliberadamente o nível de vida do homem rural nordestino, se este permanece prisioneiro da fome e da ignorância, a estrutura social do conjunto do País tenderá a permanecer semi-imo-

bilizada, reproduzindo, agravadas, as extremas desigualdades que a caracterizam no momento presente. O objetivo estratégico deveria ser abrir espaço para que os que estão realmente embaixo na escala social se transfigurem em agentes ativos do desenvolvimento. Esse primeiro impulso, visando a romper as estruturas que aprisionam os que estão mais embaixo, somente virá à luz como fruto de uma decidida vontade política.

A transferência de recursos teria como objetivo central transformar as estruturas rurais, melhorar as condições de saúde e educação, particularmente nas áreas produtoras de alimentos de consumo geral, criar as condições de acolhimento das novas implantações industriais e dar vitalidade às pequenas e médias empresas diretamente ligadas à satisfação das necessidades da população de renda modesta. Uma visão a longo prazo é absolutamente necessária se se pretende romper as velhas estruturas responsáveis pela passividade e pelo fatalismo que imobilizam atualmente grande parte da população nordestina.

As duas condições

Um esforço dessa natureza, exaltante como pode parecer, somente poderá ser levado adiante com êxito se se dão duas condições.

A primeira é uma mobilização de forças sociais em todo o País, o que pressupõe a tomada de consciência de que, se o Brasil persiste pelo atual caminho das crescentes desigualdades sociais e regionais, o nosso futuro como Nação poderá ser posto em xeque. Somente essa ativação de forças sociais amplas poderá gerar a vontade política necessária para romper as inércias que em nosso País se opõem a toda mudança no plano social.

A segunda condição é que o Nordeste

assuma a liderança dessa luta, despertando da letargia a que foi reduzido pelo centralismo autoritário que se implantou no País a partir de 1964. A mobilização nordestina apressará a restauração de um autêntico federalismo, sem o que a vontade política da região não se poderá manifestar no plano nacional.

Acima de tudo é indispensável não perder de vista que, se temos a pretensão de construir uma Nação que assuma plenamente o seu destino, a omissão não é alternativa.

Se a História nos pedir conta, algum dia futuro, a todos nós brasileiros, das oportunidades que aproveitamos ou perdemos na luta para edificar a pátria com que sonhamos, será para o Nordeste que se voltará nosso pensamento. Lá ter-se-á consumado a nossa derrota, ou vitória.

NOTAS

O presente artigo consta também do livro de Celso Furtado *O Brasil pós-milagre*. (N. da R.)

(1) Constitui hoje em dia um problema de interesse apenas histórico saber se a industrialização do Nordeste podia haver assumido forma diversa, orientando-se de preferência para o mercado da região e contribuindo mais amplamente para criar emprego e elevar o nível de vida da massa da população. É fora de dúvida que os incentivos criados pela Sudene estão na origem do surto industrial dos anos 60, durante os quais a produção manufatureira da região cresceu mais rapidamente do que a do Centro-Sul. E também é verdade que a partir de 1964 esse órgão limitou-se a criar facilidades, favorecendo os grandes grupos e punindo as pequenas empresas. Contudo, não se pode afirmar que, sem a participação da Sudene, a industrialização houvesse tomado outro rumo na região. O máximo que se pode dizer é que essa agência se omitiu em face das tendências perversas que se iam definindo, quando sua tarefa precípua era orientar os investimentos subsidiados pelo Governo em função dos interesses da população nordestina. Para uma análise de comportamento da Sudene nesse período, veja-se Raimundo Moreira, *O Nordeste Brasileiro, uma política regional de industrialização*, Rio, 1979.

Novos Estudos Cebrap, São Paulo,
v. 1, 1, p. 12-19, dez. 81
